

# **“50 ANOS DA DITADURA MILITAR: CAPÍTULOS DE HISTÓRIA NO BRASIL” DE MARIA AUXILIADORA SCHMIDT E KATIA MARIA ABUD**

Éder Dias do Nascimento

O livro *50 Anos da Ditadura Militar: Capítulos sobre o Ensino de História no Brasil* é uma obra coletiva, organizada pelas pesquisadoras Maria Auxiliadora Schmidt e Katia Maria Abud. Ela foi lançada pela W&A Editores em 2014, ano no qual o episódio do golpe militar fez 50 anos. Neste cenário pontual, tomando como plano de fundo as atividades comemorativas relativas a esse evento, a obra lança um olhar específico sobre o ensino de história e os anos difíceis da ditadura militar. Com textos de leitura acessível e enfoque histórico bem ajustado, vários autores tecem considerações sobre como era ensinar história debaixo da cortina de chumbo, principalmente na vigência da LDB 5692/71, que pela imposição da área de estudos sociais causava a descaracterização do campo de atuação do historiador no ensino.

Dentro desse território empírico, a obra mostra-se de grande relevância social e científica, pois em um momento histórico no qual uma parcela da sociedade manifesta seu apoio à militarização do estado brasileiro<sup>1</sup>, diversos fantasmas são tirados do armário provocando inevitáveis reflexões sobre as experiências marcantes de um passado traumático e ainda vivo na memória.

Em momentos como este, o ensino de história é questionado sobre sua função social para formação do cidadão e mais precisamente sobre seu papel frente aos conteúdos, práticas sociais e ideologias que escapam ao esquadro da ciência histórica, compondo compreensões muitas vezes distintas e contraditórias.

---

1 Como exemplo dessas manifestações, na cidade de São Paulo ocorreu no dia 22/03/2014 a Marcha da Família Com Deus Pela Liberdade, na qual “Os manifestantes, que tinham a expectativa de refazer o percurso da primeira edição do evento – da praça da República até a praça da Sé – gritaram, por vezes, “fora Dilma”, e entoaram melodias pedindo a prisão da presidenta e a volta dos militares: “Um, dois, três, quatro, cinco mil, queremos os militares protegendo o Brasil”, e “um, dois, três, Dilma no xadrez”. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/queremos-os-militares-protectendo-o-brasil-gritam-manifestantes-2537.html>. 01/04/2016.

Nesse quadro, na contemporaneidade a produção e a divulgação de conhecimento histórico atingem uma escala industrial, na qual sites, redes de televisão e editoras fazem uso do passado visando compor sistemas assimétricos de controle da opinião pública no presente. Frente a esses aspectos, a obra “50 Anos de Ditadura Militar: Capítulos Sobre o Ensino de História no Brasil” é uma leitura fundamental e indispensável para desconstruir perspectivas pouco elaboradas sobre os anos ditatoriais e suas implicações para história do ensino de história no Brasil. Como destacam as organizadoras da obra:

Esperamos que a leitura do livro possa problematizar também as questões atuais que afetam todos nós, professores e pesquisadores de história, para que possamos participar das discussões que hoje se estabelecem sobre o ensino da disciplina e que nos remetem, de alguma forma, aos antigos problemas colocados pelos órgãos públicos ao ensino de história (SCHMIDT; ABUD, 2014, p.12).

Para concretizar tal proposta, a obra é dividida em duas partes precedidas de uma apresentação geral realizada pelas organizadoras. Na *primeira parte*, estão reunidos textos de autores que vivenciaram o período da ditadura como docentes ou estudantes, caracterizando um traço comum aos trabalhos expostos nessa seção do livro. Entretanto, apesar desses trabalhos concentrarem-se sobre a mesma temática, a cada página analisada, visões distintas são apresentadas possibilitando a construção de um olhar abrangente sobre as várias perspectivas dos autores.

O primeiro texto intitulado “O ensino de História nos 50 anos do Golpe Militar: Estudos Sociais Sob a Ditadura” da pesquisadora Joana Neves, parte dos polos *repressão e resistência*. A autora mostra como o processo de desqualificação profissional instituído pela LDB 5692/71, esteve associado à política educacional do governo militar. Neves relata que a descaracterização do campo de atuação do historiador no ensino de história refletiu-se de três formas nos anos 70: a) a imposição dos estudos sociais; b) perda da criticidade da disciplina; c) desestruturação da formação do magistério pela implantação das licenciaturas curtas. O referido texto situa questões

relacionadas à formação dos professores de história e as estratégias empregadas por eles, visando superar as limitações pedagógicas e epistemológicas dos estudos sociais.

O texto "A História Sumiu: O Ensino de Estudos Sociais Durante a Ditadura Militar", de Judite Maria Barboza Trindade, descreve ao longo de suas páginas um cenário no qual a implantação do modelo de sociedade desenhada pelos militares dependia do convencimento da população acerca da validade de seu projeto social e econômico. Nessa órbita, o governo militar investia na divulgação de suas ideias utilizando jornais, revistas, cinema, pronunciamentos e no âmbito educacional os estudos sociais. Foi nesse período que o controle sobre o trabalho docente, a redução da carga horária e a tentativa de inculcação de um ensino doutrinador e patriótico ligava-se à tentativa de consolidação de uma determinada ordem social. Seguindo esse ordenamento, o texto deslinda o conjunto de estratégias empregadas pelos historiadores visando não perder o contato com os parâmetros científicos da história e a dimensão crítica da disciplina.

Katia Maria Abud em "O Ensino de História no Contexto da Ditadura militar: ajustamento e convivência" apresenta o currículo de história como lugar de disputa acerca dos contornos dados à formação do cidadão, no qual os interesses das elites dominante e suas demandas por escolarização sempre foram predominantes. Vitimado por essa lógica, o ensino de história no Brasil, a partir do século XIX, passou a adotar a linearidade francesa na qual nosso país figurava como um desdobramento da história da Europa. Durante os anos ditatoriais os estudos sociais mantiveram essa linearidade, pois seu conteúdo pragmático era compatível com o objetivo de integrar indivíduos e sociedade à escrita de uma história comum, isso porque a ideia de progresso propagandeada pelos militares compatibilizava-se com um ensino de história linear, no qual o Brasil-militar figurava como o ápice do desenvolvimento histórico e coletivo. Dentro dessa conjuntura, Abud abre várias problemáticas sobre o ensino de história nos anos da ditadura, corroborando para uma análise mais ajustada acerca da persistência de alguns paradigmas e os vários dilemas vivenciados por essa área nos dias atuais.

Já em "O Ensino de História e a Ditadura Militar: O Caso da Coletânea de Documentos de História da América Para o 2º Grau do Governo do Estado de São Paulo" de Maria Auxiliadora Schmidt e Ana Claudia Urban, as pesquisadoras deslindam o conjunto de

rotinas e práticas relacionadas ao ensino de História da América, área que sofreu a influência política do governo norte-americano, o qual se alinhou estrategicamente aos militares buscando solidificar seu poder no continente, por meio de inferências ao currículo de história. Nesse quadro, havia elementos externos e internos cristalizadores de determinado direcionamento para o ensino de História da América, fato atestado pelas pesquisadoras ao analisarem uma coletânea de documentos produzidos pela secretaria de estado da educação de São Paulo. O texto das pesquisadoras permite ter um vislumbre sobre a configuração dada ao ensino de História da América no período da ditadura.

O texto “Passeata Contra o Livro de História Único: Curitiba, 24 de Março de 1964” de João Luis da Silva Bertolini é um trabalho diferenciado em relação ao conjunto da obra, pois segue uma narrativa peculiar no tocante aos escritos anteriores, focando os últimos momentos de João Goulart como presidente do país. Dentro de um balizamento cronológico distinto, discute a campanha dos setores mais conservadores frente às mudanças na política do livro didático, possibilitando contemplar a conjugação de forças vinculadas ao iminente golpe militar. Bertolini analisa o contexto histórico e social relacionado à passeata em Curitiba, na qual muitos indivíduos protestavam contra o uso do livro didático único do Ministério da Educação, acusado de veicular a doutrinação comunista. Esse texto mapeia um cenário no qual o material didático de história, como na atualidade, passava pela crítica de setores sem cabedal teórico e metodológico da ciência histórica, o que empurrava muitos argumentos para o campo do sensu comum.

Fechando a primeira parte, uma entrevista concedida em 2014, pelo pesquisador Marcos Silva sobre a coletânea de livros *Repensando o Ensino de História*, organizada por ele em 1984. A entrevista, além de revelar o contexto no qual um clássico do ensino de história foi escrito, também pinta um quadro multifacetário de experiências que ajudam a problematizar a conjuntura, na qual muitos historiadores se formaram, pois colocam em relevo as especificidades ideológicas, teóricas e profissionais da geração de historiadores graduada nos últimos anos da ditadura militar, nos quais a história estava começando a retornar ao currículo escolar.

Na segunda seção *Anexos*, estão republicações das pesquisadoras Raquel Glezer (*Estudos Sociais: um problema contínuo*), Joana neves

(Ainda a Questão de Estudos Sociais), Maria Auxiliadora Schmidt (O Porquê dos Estudos Sociais) e Elza Nadai (Estudos Sociais no 1º Grau), dos anos da ditadura. Com essa especificidade, esses trabalhos refletem o contexto histórico de sua produção, construindo um relato sobre a trajetória de luta coletiva dos historiadores, visando resguardar a legitimidade de sua área, bem como um panorama sobre as especificidades dos estudos sociais como área de ensino pautada em alguns parâmetros específicos.

Duas perspectivas complementares e reveladoras dos dilemas vivenciados pelo ensino de história nos anos da ditadura: as publicações de Raquel Glezer e Joana Neves lançam considerações relevantes sobre a temática da resistência individual e coletiva dos historiadores, visando manter sua identidade profissional no período militar. Com textos provocantes as pesquisadoras discutem as várias tentativas legais dos militares de reformulação do ensino de história, ora tentando substituir totalmente a disciplina de história pela disciplina de estudos sociais no âmbito do ensino básico, ora investindo violentamente contra a consistência da formação acadêmica do historiador pelo fomento de cursos de graduação com polivalência nas áreas de história, geografia e estudos sociais, muitas vezes nos moldes de licenciaturas curtas com carga horária reduzida e condições precárias que inviabilizavam a formação de competências mínimas para atuação profissional.

No que se refere à área de estudos sociais, os trabalhos de Maria Auxiliadora Schmidt e Elza Nadai, mais do que problematizar os principais conceitos, as metodologias e as práticas atinentes aos estudos sociais, a notoriedade desses textos está no desenvolvimento de uma narrativa não encerrada no entendimento dessa área como sistematicamente resultante dos anos da ditadura. Para além dessa compreensão existe uma preocupação das pesquisadoras em demonstrar a ligação dos estudos sociais com algumas experiências anteriores aos anos ditatoriais. Destarte, na linha de raciocínio desenhada, elas elaboram um quadro, no qual os estudos sociais figuram como a extremidade de um processo em que forças políticas, interesses econômicos e a proximidade do governo militar com os Estados Unidos corroboravam para o investimento estratégico em uma formação específica para população, na qual um dos recursos utilizados eram os estudos sociais.

Possuindo essas particularidades, a obra *"50 Anos de Ditadura Militar: Capítulos Sobre o Ensino de História no Brasil"*, apresenta-se como uma contribuição singular, pois nos dias atuais existe um descompasso entre a história escrita pelos historiadores e o uso de sua racionalidade pela sociedade, principalmente ao compor interpretações mais consistentes sobre um passado ainda cheio de questões mal resolvidas, como a dos mortos da ditadura dos quais os espíritos ainda assombram a mente dos vivos no presente. Nesse caso, a leitura do livro abordado nesse texto, desenha-se como um percurso rumo a um balanço bem elaborado dos elementos históricos de um passado que muitos desejam esquecer, o que demonstra a relevância social de abordagens que produzam formas de entender esse trauma histórico não superado pela sociedade brasileira. Seguindo essa premissa, a obra ao provocar os sentidos do leitor para compreensão de alguns aspectos da política educacional dos militares sobre a área de ciências humanas, não deixa de revelar como foram os anos da ditadura para os professores de história e os embates para a disciplina que lecionavam.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora.; ABUD, Katia Maria (Orgs). *50 anos da ditadura militar: capítulos de história no Brasil*. Curitiba: W&A Editores, 2014.